



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

141

HABEAS CORPUS Nº 0201065-9

IMPETRANTE: Batista Cícero de Assis – OAB/PE 938-A e

Henrique Marcula Lima – OAB/PE 7.127

PACIENTE: João Paulo Bezerra Alves de Sá

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Maria Helena de Oliveira e Luna (convocada)

EMENTA: CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. ROUBO QUALIFICADO. SEQUESTRO E CÁRCERE PRIVADO. ALEGAÇÕES DE NEGATIVA DE AUTORIA, LEGÍTIMA DEFESA E ATIPICIDADE DA CONDUTA. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. HABEAS CORPUS NÃO PERMITE EXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. ALEGAÇÃO DE CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO PARA A MANUTENÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR DO PACIENTE. PRISÃO MANTIDA PARA RESGUARDAR A ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. CREDIBILIDADE DA JUSTIÇA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 52 E 21 DO STJ. FEITO COM ANDAMENTO REGULAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. Em relação às teses de negativa de autoria, exclusão de ilicitude por legítima defesa e atipicidade de conduta, por inocorrência do fato típico, tais questões nos remetem ao mérito da causa e a via do *habeas corpus* é inapropriada à tal discussão, justamente porque seu procedimento não permite análise aprofundada da prova ou mesmo da efetiva participação do paciente nos crimes objeto do processo principal;
2. A constrição cautelar não se ressent de fundamentação, mas está respaldada em justificativas idôneas e suficientes à manutenção da segregação provisória, como forma de garantir a ordem pública e a credibilidade da justiça;
3. A preservação da ordem pública abrange também a promoção daquelas providências de resguardo à integridade das instituições, à sua credibilidade social e ao aumento da confiança da



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

142

população nos mecanismos oficiais de repressão às diversas formas de delinquência;

4. Incabível o reconhecimento de constrangimento ilegal por excesso de prazo, posto que a instrução criminal já foi encerrada, bem como o paciente pronunciado, fazendo incidir o teor das súmulas 52 e 21, ambas do STJ, e por ter sido interposto recurso em sentido estrito interposto pela própria defesa do paciente pendente de análise e julgamento. Feito com andamento regular.

5. Ordem denegada. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do *habeas corpus* nº 201065-9, em que figuram como impetrantes os advogados Batista Cícero de Assis e Henrique Marcula Lima e como paciente João Paulo Bezerra Alves de Sá, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia 16 de dezembro de 2009, por decisão unânime, em denegar ordem, tudo conforme consta no relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 16 de dezembro de 2009.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA**

143

HABEAS CORPUS Nº 0201065-9

IMPETRANTE: Batista Cícero de Assis – OAB/PE 938-A e
Henrique Marcula Lima – OAB/PE 7.127

PACIENTE: João Paulo Bezerra Alves de Sá

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA CONVOCADA: Dra. Maria Helena de Oliveira e Luna

RELATÓRIO

Os Advogados Batista Cícero de Assis e Henrique Marcula Lima impetraram a presente ordem de *habeas corpus*, com requerimento de concessão de medida liminar, em favor de João Paulo Bezerra Alves de Sá, qualificado nos autos, apontando como autoridade coatora a Excelentíssima Senhora Juíza de Direito da Vara Única da Comarca de Serrita/PE, juízo perante o qual o paciente responde ao processo nº 450.2008.000398-5.

Extrai-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante delito no dia 03/10/2008, sob a acusação de incorrer nas condutas previstas no art. 121, §2º, V, c/c art. 14, II; art. 157, § 2º, I, II e IV; e art. 148, todos do Código Penal Brasileiro.

Os impetrantes sustentam, primeiramente, que o paciente teria cometido o crime de tentativa de homicídio em legítima defesa. Asseguram, ainda, a inocência do paciente quanto ao crime de roubo, bem como a inexistência e atipicidade do delito de sequestro.

Aduzem, ainda, que a magistrada *a quo*, por ocasião da sentença de pronúncia, de maneira desfundamentada, não concedeu ao paciente o direito de aguardar seu julgamento em liberdade. Ademais, alegam os impetrantes que inexistem motivos para a manutenção da custódia provisória do acusado.

Argumentam, outrossim, que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo, tendo em vista que se encontra preso desde o dia 03.10.2008, e ainda não fora designada data para a realização da sessão

1



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

144

de julgamento. Desta forma, pleiteiam os impetrantes o relaxamento da prisão provisória do paciente para que este possa aguardar seu julgamento em liberdade.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 17/112.

Decisão Interlocutória de fls. 119/121 indeferindo o pedido liminar e solicitando informações à autoridade apontada como coatora, que as prestou por meio do ofício de fls. 129/132.

Em seu parecer de fls. 136/138, o Ministério Público, através da Procuradora de Justiça Convocada, Dra. Maria Helena de Oliveira e Luna, opinou pela denegação da ordem.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Como visto, a presente ordem de *Habeas Corpus* foi impetrada com o fim de sanar suposto constrangimento ilegal suportado pelo paciente, o qual foi preso em flagrante delito, pela suposta prática dos crimes de tentativa de homicídio qualificado, roubo qualificado e sequestro e cárcere privado.

Primeiramente, em relação às teses de negativa de autoria, exclusão de ilicitude por legítima defesa e atipicidade de conduta, por inocorrência de fato típico, temos que ponderar que a análise de tais questões nos remetem ao mérito da causa e que a via do *habeas corpus* é inapropriada a tal discussão, justamente porque seu procedimento não permite análise aprofundada da prova ou mesmo da efetiva participação do paciente, os quais serão estudadas no processo principal.

Qualquer juízo de valoração sobre as hipóteses levantadas, neste momento, redundaria na análise precipitada do mérito da *quaestio*, o que é inviável quando se está diante de uma verificação superficial dos elementos que embasam as alegações dos impetrantes.

Antes de adentrar no mérito desta ordem, faz-se necessário relatar como ocorreu o evento delituoso.

JAMC



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

145

Assim, segundo a exordial acusatória, acostada às fls. 17/22, o paciente, em concurso de pessoas, mediante grave ameaça, exercida através do emprego de arma de fogo, subtraiu um caminhão e a carga nele contida, bens avaliados em R\$ 89.270,83 (oitenta e nove mil duzentos e setenta reais e oitenta e três centavos).

Os autos, ainda, noticiam que os dois comparsas do paciente deixaram o local do crime de posse da *res furtiva*, enquanto o paciente João Paulo manteve o motorista do caminhão e seu acompanhante durante mais de 08 (oito) horas reféns na caatinga. Transcorrido tal lapso temporal, o paciente foi abordado por policiais militares, que se encontravam em local próximo, ocasião na qual houve trocas de tiros entre o paciente e os policiais, tendo um deles e o motorista do caminhão saído feridos.

Da narrativa realizada observamos que o evento criminoso se perfez em um ato bastante complexo, o qual envolveu a prática de diversos crimes, demonstrando pelo seu *modus operandi* a periculosidade do paciente, que, inclusive, manteve sob seu alvedrio reféns, por mais de oito horas, empregando violência durante o sequestro, esta exercida através de arma de fogo. E ainda, que o paciente desferiu tiros contra os reféns e os policiais militares durante a abordagem que deu fim ao prosseguimento dos crimes.

Por tais crimes foi o réu pronunciado.

Em face da narrativa dos fatos criminosos, entendo que, acertadamente, a autoridade impetrada sustentou a prisão do paciente, fundamentando-a, em outras palavras, na garantia da ordem pública, quando declinou que “*por não existir qualquer elemento capaz de infirmar o flagrante, não se podendo esquecer que os crimes dos autos causaram grande repercussão na pequena Comarca de Serrita, que se viu ameaçada, em tese, com crimes de cidade grande com assalto a mão armada, sequestro e tentativa de homicídio, não existindo nos autos, elementos suficientes de que acaso em liberdade, o réu não venha a ameaçar as testemunhas dos autos e a família das vítimas, não se podendo, de forma alguma esquecer, a forma como o crime foi praticado*”.

Corroborar com o narrado a douta Procuradora Convocada, no bem lançado parecer, ao concluir que “neste caso específico, foi necessária a manutenção”



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

146

da custódia do paciente, por motivo de ordem pública, tendo a Magistrada explicado e fundamentado a necessidade de forma cabal, na sentença de pronúncia. Roubar um caminhão, sequestrar suas vítimas, mantê-las em cativeiro enquanto seus comparsas cuidam de levar a *res furtiva* para local seguro, e abrir fogo contra quem quer que ouse deter a sanha criminoso, não é conduta para amadores, antes, demonstrada frieza e periculosidade no modo de agir, sendo compreensível que a população local se sinta ameaçada e insegura”.

Nesta linha também é uníssona a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. PROCESSUAL PENAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO E PORTE DE ARMA DE FOGO COM O SINAL DE IDENTIFICAÇÃO RASPADO(...). ORDEM DENEGADA, NO ENTANTO.

1. Consoante entendimento pacificado nesta Corte Superior, caso persistam os motivos que ensejaram a decretação da prisão preventiva, desnecessária se torna proceder à nova fundamentação quando da prolação da sentença de pronúncia, mormente quando inexistem fatos novos capazes de promover a soltura do acusado.

2. A real periculosidade do réu, evidenciada pelo modus operandi (...), constitui motivação idônea e suficiente à manutenção da segregação provisória, como forma de garantir a ordem pública. Precedentes do STF e do STJ.

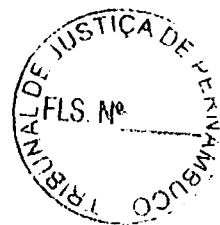
3. A preservação da ordem pública não se restringe às medidas preventivas da irrupção de conflitos e tumultos, mas abrange também a promoção daquelas providências de resguardo à integridade das instituições, à sua credibilidade social e ao aumento da confiança da população nos mecanismos oficiais de repressão às diversas formas de delinquência.

4. (...).

5. Ordem denegada.

(HC 134.621/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, julgado em 22/09/2009, DJe 19/10/2009)

Verifica-se, assim, que a constrição não se ressentir de fundamentação, mas está respaldada em justificativas idôneas e suficientes à manutenção da segregação provisória, como forma de garantir a ordem pública.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR ANTONIO DE MELO E LIMA

147

Com efeito, não se mostra desarrazoada a manutenção da custódia cautelar de pessoa presa em flagrante e mantida encarcerada em razão de sua real periculosidade evidenciada pelo *modus operandi* da conduta, pois, em liberdade, acarretaria risco ao meio social e a credibilidade da justiça.

Da mesma forma resta incabível o reconhecimento de constrangimento ilegal por excesso de prazo, como pleiteiam os impetrantes, isso porque a instrução criminal já foi encerrada, bem como o paciente pronunciado, fazendo incidir o teor das súmulas 52 e 21, ambas do STJ.

Segundo a autoridade impetrada, o julgamento do paciente pelo Júri somente não foi designado para o mês de dezembro deste ano porque foi interposto recurso em sentido estrito pela própria defesa do paciente pendente de análise e julgamento por este egrégio Tribunal de Justiça, recurso este interposto contra a decisão de pronúncia.

Em face de tudo o que foi exposto, em consonância com o posicionamento ministerial, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife, 16 de dezembro de 2009.


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator